

Cientistas pedem que Carta proíba as armas nucleares

Da Sucursal de Brasília

O presidente da Sociedade Brasileira de Física (SBF) Romayana Gazzinelle, e o vice-presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Ênio



Candotti, propuseram ontem na Subcomissão dos Direitos Coletivos, dos Direitos Individuais e Garantias, do Congresso constituinte, que a nova Constituição proíba a fabricação, armazenamento e transporte de armas nucleares no país. Candotti propôs também que, entre os direitos do cidadão, seja garantido ao cientista não colaborar em pesquisas com objetivos militares.

O presidente da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), Rex Nazareth, foi convidado ontem, por proposta do deputado João Agripino (PFL-PB), para prestar depoimento à subcomissão sobre as contas secretas que financiam o programa nuclear paralelo no Brasil. O depoimento de Rex Nazareth está previsto para o próximo dia 6, às 17h. O presidente da subcomissão, deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), disse que as reportagens publicadas pela Folha sobre as contas secretas da CNEN, (Delta 1, 2 e 3, abertas em

agências do Banco do Brasil e controladas pelo presidente do CNEN), suscitaram a questão do direito do cidadão às informações sobre a pesquisa científica realizada com recursos públicos.

Investimentos

Candotti e Gazzinelle divergiram sobre a necessidade de novos investimentos no programa nuclear brasileiro, no qual já foram gastos US\$ 4,3 bilhões. Candotti disse que se o presidente Geisel, que realizou o acordo nuclear Brasil-Alemanha, tivesse optado por outras áreas da ciência como a fibra ótica e a informática, o país estaria mais desenvolvido tecnologicamente. Gazzinelle disse que o acordo nuclear Brasil-Alemanha foi motivado também pela crise do petróleo e que as necessidades de energia do país foram superestimadas na época. Ele defendeu um programa de desenvolvimento gradual da tecnologia nuclear brasileira.

Gazzinelle e Candotti defenderam a inspeção mútua dos programas nucleares do Brasil e da Argentina para evitar a corrida armamentista entre os dois países. Gazzinelle, que participou da Comissão de Avaliação do Programa Nuclear, criada pelo presidente Sarney em 1985, sugeriu também a criação de uma Comissão Nacional de Radioproteção e de Segurança Nuclear.

Comunicação discute os critérios para concessões

Da Sucursal de Brasília

A mudança nos critérios de concessão de canais de rádio e televisão depende da definição do sistema de governo, disse ontem o vice-presidente da Associação Brasileira de Emissores de Rádio e Televisão (Abert), Fernando Corrêa, 50, na subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação da Constituinte. Ele disse que somente com o parlamentarismo caberia ao Congresso assumir o papel de decidir sobre as concessões, proposta que pessoalmente defende.

Corrêa disse que a Abert concorda que o regime de concessões atual é imperfeito, pois o concessionário fica totalmente à mercê do Executivo, que "concede, fiscaliza e cassa a concessão", em prejuízo da liberdade de expressão. Para ele, o Congresso deveria referendar as indicações do Executivo e a cassação passaria a ser responsabilidade do Judiciário. Ele rejeitou a proposta de criação de um Conselho Nacional de Comunicação para deliberar sobre o assunto.

A democratização do acesso aos meios de comunicação poderá ser

feita através dos novos tipos de canais já oferecidos pela tecnologia, como a TV por cabo ou os canais de televisão em UHF (Ultra High Frequency), afirmou Corrêa. Enquanto as frequências disponíveis no padrão VHF (Very High Frequency), utilizadas hoje pelas emissoras, comportam no máximo sete canais por região ou cidade, o padrão UHF somaria às atuais mais de dez canais por região, cobrindo áreas médias de 100 km, o que permite a multiplicação de emissoras regionais.

Ele defendeu que os setores não contemplados com concessões de canais, como universidades, partidos políticos e entidades comunitárias, tenham acesso a veículos próprios com a liberação destas novas frequências. Corrêa afirmou que a atual estrutura dos meios de comunicação de massa não é monopolista, nem sufoca a produção regional. Ele rejeitou a proposta de fixação de um percentual mínimo obrigatório de produção local nas programações das TVs, mas defendeu que a legislação ordinária de comunicação estimule as produções fora do eixo Rio-São Paulo.

Sistema Eleitoral realiza a primeira audiência pública

Da Sucursal de Brasília

Voto obrigatório ou facultativo, voto distrital ou proporcional, eleição presidencial em dois turnos, parlamentarismo e Legislativo unicameral ou bicameral foram alguns dos assuntos tratados ontem, durante a primeira audiência pública da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos. Os debatedores foram os presidentes do PC do B, João Amazonas, do PSB, senador Jamil Haddad, do PDC, Jorge Coelho de Sá, e o jurista Hélio Bicudo, representando o PT. O presidente do PC do B, João Amazonas, atacou a idéia de limitar o número de partidos políticos, criticou a interferência do Estado na vida interna dos partidos e atacou o voto facultativo, assim como o voto distrital. João Amazonas

defendeu a eleição em dois turnos para presidente da República.

O presidente do PSB, senador Jamil Haddad, defendeu o sistema parlamentarista de governo, com eleição direta para presidente em dois turnos e também defendeu o voto obrigatório e o voto de militares em todas as instâncias. O voto distrital, segundo ele, possibilita a ação do poder econômico. A defesa do voto distrital, voto de cabos e soldados e voto facultativo foi feita pelo presidente do PDC, Jorge Coelho de Sá. Defendeu a eleição em dois turnos para presidente, além do sistema parlamentarista. O jurista Hélio Bicudo defendeu o voto facultativo, o sistema unicameral para o Legislativo, a livre organização partidária, e a eleição em dois turnos para presidente.

IML ainda não examinou os ossos que podem ser de Rubens Paiva

Da Sucursal do Rio

O Instituto Médico Legal do Rio ainda não iniciou os exames para confirmar se são do ex-deputado Rubens Paiva, desaparecido em janeiro de 1971, os ossos encontrados há mais de quarenta dias na praia do Recreio dos Bandeirantes (zona sul do Rio). Apesar das reiteradas informações do assessor de imprensa da Polícia Civil, José Paulo da Silva, de que o instituto ainda nada divulgará "porque os testes estão em curso e são demorados", só na quinta-feira passada a nova chefe do Serviço de Necrópsias, legista Silézia Mignat Pereira, recebeu os primeiros ossos para exame. Ontem, a legista disse à que os testes terão início na próxima semana.

O promotor responsável pelo caso Paiva na 1ª Auditoria do Exército, Paulo César de Siqueira Castro, afirmou que vai recorrer ao Secretário de Justiça do Rio para que os exames sejam feitos com rapidez.

O primeiro osso, uma tíbia humana, foi encontrado no dia 11 de março.

O então diretor do IML, Iran Barbieri, fixou em laudo sobre os ossos. Com a mudança do governo do Estado, em 15 de março, assumiu um novo diretor, José Antonio Elias — que, sempre que procurado por repórteres, repetia: "Os exames ainda não chegaram a qualquer conclusão". O porta-voz da Polícia Civil, José Paulo da Silva, disse ontem que não sabe onde os ossos permaneceram durante esse período.

Comissão investigará casos de prisioneiros políticos desaparecidos

Da Sucursal de Brasília

O Conselho de Defesa dos Direitos de Pessoas Humanas (CDDPH), órgão ligado ao Ministério da Justiça, vai investigar os casos de desaparecidos políticos durante o regime militar. Durante a reunião do Conselho realizada ontem em Brasília, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, indicou os nomes do presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Márcio Thomaz Bastos, do professor de Direito Penal, Jair Leonardo Lopes, e do analista político da Folha, jornalista Newton Rodrigues, para acompanharem o processo nº 13.748, que está paralisado no Conselho desde sua instauração, em maio de 1979.

Número contestado

Do processo constam 87 nomes de desaparecidos políticos, número que foi contestado pela coordenadora do grupo "Tortura Nunca Mais", socióloga Flora Abreu, 48. Segundo ela, 125 pessoas desapareceram durante o período de repressão política. O ministro Paulo Brossard pediu que os 38 nomes ausentes da lista do Conselho sejam encaminhados "por escrito" ao relator do processo, o vice-presidente da OAB (Associação Brasileira de Imprensa), Barbosa Lima Sobrinho. A lista que o Conselho possui foi apresentada pelo governador de São Paulo, Orestes Quércia, em 1979, quando exercia o mandato de senador pelo extinto MDB.

ANC 88

Pasta 24 a 30

Abril/87

107